

Cidades

PDM de Vila Velha é ilegal, diz promotor

Gustavo Senna afirma que há indícios de que lei foi aprovada para favorecer construtoras de prédios que estavam fora das regras

Lorrany Martins

O impasse em torno do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha ganha mais um capítulo. O Ministério Público do Estado (MP-ES) está movendo uma ação civil pública e uma liminar contra a prefeitura para impedir a lei aprovada no mês passado.

Segundo o promotor de Justiça Gustavo Senna, a lei para a liberação de construção de projetos entregues até 28 de maio de 2012 é considerada ilegal. O projeto de lei, elaborado pela prefeitura, foi aprovado pela Câmara e sancionado.

“Essa lei vai contra a Constitui-

ção Federal porque reeditou regras de edificações no município que o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) havia considerado inconstitucionais em 2012”, explicou o promotor.

Senna disse ainda que há indícios de que essa lei foi feita para favorecer empreendimentos de construtoras que estavam com processos parados na prefeitura.

“Mas a lei não pode beneficiar alguns, ela tem de ser feita para todos. O poder econômico não pode falar mais alto”, frisou.

Entre os pontos da lei apontados pelo promotor como motivo para uma ação civil pública está a possibilidade de construções serem erigidas com paredes coladas e sem afastamento lateral; alteração da altura máxima dos prédios e permissão para construção em áreas como Morro do Moreno e Reserva de Jacarenema.

“Além desses pontos aprovados nessa nova lei, que afrontam as decisões de inconstitucionalidade



GUSTAVO SENNA: “O PDM não pode ser construído sem discussão e aprovação dos moradores do município”

feitas pelo Tribunal de Justiça, novamente a lei foi aprovada sem que a população fosse ouvida. O PDM não pode ser construído sem discussão e aprovação dos moradores do município.”

A Prefeitura de Vila Velha informou, por meio de nota, que ainda não foi notificada pela Justiça a respeito da ação civil pública movida pelo Ministério Público em relação ao PDM. E que, por isso, só vai se manifestar sobre o assunto a partir do momento que tomar conhecimento dos termos da ação.

SAIBA MAIS

Treze artigos considerados ilegais

PDM provisório

> **A JUSTIÇA** considerou, em 2012, que o PDM de Vila Velha era inconstitucional. O judiciário acatou os argumentos do MP-ES, que afirmou que o plano foi aprovado sem a realização das audiências públicas necessárias. O PDM criado em 2007 teve 13 artigos considerados ilegais.

> **NO INÍCIO** de julho deste ano, um PDM provisório foi aprovado pela Câmara. Essa versão foi discutida entre MP-ES, prefeitura e membros da sociedade. Mas, no mês passado, foi sancionada uma lei para que os projetos apresentados até o dia 28 de julho de 2012 sejam analisados sob a ótica do antigo PDM.